



• Pouca nebulosidade no estado pela manhã, sendo que em parte do leste ainda persiste mais nuvens com alguma chuva isolada. Demais setores, sol mais presente.

Min: 18° C em Curitiba  
Máx: 28° C em Londrina

Fonte: Simepar  
Fechamento desta edição: 11:00 horas  
Faça sua assinatura pelo fone (43) 3232-2568: R\$ 40,00 para entrega em Sertãozinho e R\$ 60,00 nos demais municípios, pelos Correios (Edição Comercial - Consultar valores para o Diário Oficial).

# Diário da CIDADADE

Fundado em 20 de fevereiro de 2000 • Diretor e Jornalista Responsável Getúlio V Soares • Registro Profissional MTB 10776/PR  
Segunda-Feira, 03 de Fevereiro de 2020 • ANO XIX • Edição N.º 2064 • R\$ 2,00

SOJA - SACA 60 kg	
Dia	Preço
03/02/20.....	R\$ 76,50

  

MILHO - SACA 60 kg	
Dia	Preço
03/02/20.....	R\$ 41,00

  

TRIGO - SACA 60 kg	
Dia	Preço
03/02/20.....	R\$ 50,00

Fonte: Deral/Seab

## Estados do Sul querem que BNDES amplie créditos para a região

Os três estados do Sul do País reivindicam mais recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a região. O porta-voz do pedido foi o governador Carlos Massa Ratinho Junior, representando também os governadores Eduardo Leite (Rio Grande do Sul) e Carlos Moisés (Santa Catarina).

Ratinho Junior se reuniu na quinta-feira (30) com o presidente do banco, Gustavo Montezano, no Rio de Janeiro, para levar a demanda do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que pede o aumento de pelo menos 50% no valor destinado para os três estados neste primeiro semestre do ano.

O BNDES reser-

vou R\$ 695 milhões para ser dividido por Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul nos primeiros seis meses de 2020. Para o BRDE, os recursos são insuficientes. O banco deseja um montante mínimo de R\$ 1 bilhão.

“Somos três estados com um agronegócio muito forte e desenvolvido, que gera muitos empregos para o País. Esses recursos são justamente para ampliar o crédito rural, principal demanda dos clientes do BRDE”, destacou o governador Carlos Massa Ratinho Junior. Segundo ele, o presidente do banco entendeu o pedido e ficou de analisar as possibilidades.

Diretor de operações do BRDE, Wilson Bley Lipski também participou do encontro. Para ele, o valor ofertado ao

Sul do País em 2020 é consideravelmente inferior ao repassado no mesmo período do ano passado. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ficaram com R\$ 1,8 bilhão em 2019. No segundo semestre foram mais R\$ 900 milhões liberados pelo BNDES. “O BRDE avalia que este montante não é suficiente para a demanda que tem se apresentado”, afirmou.

Ainda de acordo com o diretor, boa parte desses recursos é destinado pelo BRDE para oferta de crédito rural, colaborando com o fomento do agronegócio na região. Outra parcela, ressaltou, vai para projetos de geração de energia. “É algo muito importante para os três estados”, disse.

INVESTIMENTOS – Somente no último

trimestre de 2019 o BRDE investiu cerca de R\$ 79 milhões no setor do agro negócio. Além disso, acreditando na tendência da produção alternativa de energia, projetos de eficiência energética e de energias renováveis receberam em torno de R\$ 103 milhões do banco, o que representa 42% do total investido no quarto trimestre de 2019.

“O agronegócio é responsável por mais de 65% de toda a carteira do BRDE. Investir em projetos de energias renováveis ajuda a aumentar a diversificação da matriz energética do Estado, além de promover um futuro cada vez mais sustentável e orientado ao uso de energias não poluentes”, destaca Lipski.

Em 2019, o BRDE também colaborou



com o cooperativismo. Foram investidos R\$ 390 milhões em projetos prioritariamente voltados à melhoria de infraestrutura das cooperativas agroindustriais ou investimentos dos cooperados. Com relação aos produtores ru-

rais, pelo menos R\$ 177 milhões em operações de crédito foram aprovadas em 1.104 contratos, mostrando a pulverização do crédito.

PRESENCAS – Participaram também da reunião a Procuradora-

Geral do Estado, Leticia Ferreira; o presidente da Copel, Daniel Pimentel Slaviero; e o deputado federal e coordenador da bancada do Paraná na Câmara, Toninho Wandscheer.

Fonte: aen.pr.gov.br

## Projeto determina que praças de pedágio aceitem pagamento em cartões de débito ou crédito

As praças de pedágio instaladas nas rodovias do Paraná serão obrigadas a aceitar cartões de débito ou crédito como forma de pagamento. A normativa está prevista no projeto de lei 149/2019, do deputado Luiz Fernando Guerra que foi incorporado ao projeto de lei 869/2015 de autoria do deputado Marcio Pacheco, que tramita na Assembleia Legislativa do Estado com o mesmo tema.

A iniciativa que determina a aceitação de todas as bandeiras identificadas pelas con-

cessionárias busca evitar o constrangimento dos condutores no Estado. “Muitos usuários que transitam pelas rodovias pedagiadas não carregam dinheiro para efetuar o pagamento da tarifa”, afirmou Guerra.

O deputado destaca que essa medida visa garantir mais conforto e tranquilidade a todos os motoristas que trafegam diariamente pelas rodovias estaduais. Somente no deslocamento entre o capital e o interior, por exemplo, são entre cinco e nove pedágios em que o con-

sumidor é obrigado a disponibilizar dinheiro para poder viajar.

O parlamentar ressalta que a maioria dos estabelecimentos comerciais de prestação de serviços já utiliza o pagamento feito por cartões. “É necessário e de extrema importância que as concessionárias de pedágio também disponibilizem essa praticidade em suas praças”, acrescentou, lembrando que hoje as empresas somente aceitam o pagamento em dinheiro.

O deputado Luiz Fernando Guerra apon-

ta que o pagamento por meio de cartão ainda garante segurança nos pedágios, uma vez que diminuirá a circulação de dinheiro em espécie. “Os assaltos nas estradas são relatados frequentemente. O pagamento com cartão garantirá ao funcionário operador do guichê e ao próprio motorista maior segurança.

A proposta determina ainda a instalação de placas de sinalização indicativas da possibilidade de pagar com cartão de débito ou crédito a 700 metros da praça de pedágio, para



orientação dos usuários das rodovias. A recusa ao recebimento, segundo a normativa, faculta o passe livre por parte do condutor e seu veículo. Também fica proibida a diferença de preços entre uma e outra forma de pagamento.

O projeto também prevê que à critério das concessionárias poderão ser disponibilizados guichês específicos e identificados para o pagamento.

Contudo, a Lei ainda não está aprovada e tramita nas Comissões permanentes da Assembleia. Somente após a análise das Comissões é que a proposta segue ao

pleno para votação.

Estudo – O deputado Guerra destaca ainda uma pesquisa realizada pelo instituto Datafolha que identificou que 76% da população brasileira possui algum meio eletrônico de pagamento. O levantamento feito com base em informações da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito, ainda informa que o Brasil é o terceiro maior emissor mundial de cartões.

“A ampliação das formas de pagamento será benéfica a todos. O empresário ganhará em segurança com a redução de dinheiro em espécie nas praças e fa-

cilitará o acesso do consumidor a seus serviços, estimulando a demanda. O usuário da rodovia poderá se livrar do incômodo de levar e manusear dinheiro em espécie. Resumindo, fica bom para todos”, defendeu o deputado Luiz Fernando Guerra.

Obras – O deputado Luiz Fernando Guerra (PSL) também é o autor do projeto de lei nº 345/2019, que proíbe o aumento da tarifa dos pedágios enquanto o cronograma de obras estiver atrasado e não for cumprido, e as melhorias não forem concluídas.

Fonte: Assembleia Legislativa do Paraná.

